

SESSÕES DO PLENÁRIO

5ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de fevereiro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1ºVICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(57)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 17, 21 e 22/12/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as Atas da 1ª sessão solene de instalação dos trabalhos da 2ª sessão legislativa, realizada em 1º de fevereiro de 2016, e das seguintes sessões ordinárias: 1ª e 2ª, realizadas, respectivamente, em 02 e 03 de fevereiro de 2016.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, de posse da Bíblia Sagrada, cumprindo a minha obrigação de evangélico, de homem temente a Deus, aproveito para mencionar o Salmo 20, que diz: *“Uns confiam em carros e outros em cavalos, mas nós faremos menção do nome do Senhor, nosso Deus. Uns encurvam-se e caem, mas nós nos levantamos e estamos de pé. Salva-nos, Senhor, ouça-nos o rei, quando clamarmos.”*

Não posso deixar, Sr. Presidente, de continuar clamando misericórdia em favor dos vendedores ambulantes, que foram torturados durante a festa momesca. Volto a dizer: é um período importante para o emprego em Salvador, é um período importante para o turismo, mas os vendedores ambulantes sofreram uma verdadeira inquisição, tendo o seu material de comércio extorquido, apreendido de maneira arbitrária.

Lamentavelmente, os agentes – os do rapa ou os guardas – fizeram aquilo guardando seus empregos, fizeram aquilo forçados, fizeram aquilo constrangidos. E o prefeito ainda quer cobrar multa! Ainda quer cobrar multa, quando na verdade o prefeito deveria pagar, devolver ou recompensar os vendedores ambulantes, homens e mulheres, pais e mães de família, como forma de ressarcimento pelo prejuízo que tiveram, porque eles compraram esses materiais. Eles, na sua maioria, pediram dinheiro emprestado, para, durante os dias da festa, tentar fazer alguma renda para até mesmo colocar os seus filhos na escola.

A maneira inquisitorial, como agiu a Prefeitura de Salvador, merece o nosso repúdio, merece a nossa denúncia. A nossa assessoria jurídica está preparando uma peça endereçada ao Ministério Público, pedindo, inclusive, providências contra as arbitrariedades que a Prefeitura de Salvador praticou contra esses trabalhadores – homens e mulheres vendedores ambulantes. Além de a Prefeitura ter apreendido as mercadorias arbitrariamente, além de ter aviltado, constrangido e desrespeitado os vendedores ambulantes com o seu vilipêndio, ainda quer o Sr. Prefeito, que está se transformando *nobad boy* de Salvador... O prefeito, do jeito que está agindo, está conseguindo superar a figura do *bad boy* da Bahia.

Os tempos são outros! Salvador não pode continuar com tirania. A nossa

cidade, Salvador, não pode voltar aos tempos da tirania. Os tempos são outros! Da mesma forma, Srs. Deputados, é esse “roubágio” que chamam de pedágio. Temos o “roubágio” da BR-324, os “roubágios” das BAs, por meio dos quais estão assaltando os motoristas, os donos de veículos. Tem deles que nada fizeram nada na BR, tem deles que não fizeram nada a não ser a praça do “roubágio”, de roubar as pessoas. E ainda querem continuar assaltando os donos de automóveis, nos domingos e feriados, ampliando os seus preços. Isso é “roubágio”, isso não é pedágio, é assalto, é falta de vergonha.

Esta Casa, o governo, nós não podemos ficar calados com a tirania de todos os lados. De um lado, um prefeito que faz e permite esse tipo de arbitrariedade, punindo pais e mães de famílias humildes que dependiam daquele momento para trabalhar; de outro lado, empresários que vêm até de longe para com os seus “roubágios”, chamado de pedágio, querer cobrar mais caro nos domingos e feriados.

Que Deus abençoe a todos e tenha misericórdia do nosso Estado, do nosso País e da nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, deputadas Ivana e Fabíola, numa afronta, de tanas que assistimos diariamente na televisão, em todos os noticiários, o Eduardo Cunha, com a maior cara de pau, zomba da justiça.

Esperamos que o Supremo Tribunal, órgão máximo da justiça, aceite o pedido do procurador-geral, porque motivos tem de sobra, e que afaste o Sr. Eduardo, que está gozando com a população brasileira, que sofre tanto.

(O deputado Sandro Régis diz que a presidenta Dilma roubou.)

Caro amigo deputado Sandro Régis, V.Ex^a sabe que aqui falo o que tenho que falar. Sobre a presidenta Dilma, até agora, administrativamente tudo bem, mas em termos de corrupção não foi mostrado nada. Pelo que vi na imprensa, já apareceu o dono do sítio.

Então, Srs. Deputados, é por isso que, ontem, no jornal *A Tarde*, veja, deputado Hildécio, o que um colega nosso, deputado federal, disse do conselho de ética, e ninguém se espante.

O deputado diz que há corruptos no conselho. Para a gente que conhece, não há novidade nenhuma.

(Lê): *“O deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) causou indignação em seus*

pares, ontem, ao chamar, durante reunião do Conselho de Ética da Câmara, muitos parlamentares de corruptos, sem se referir, contudo, a nenhum dos presentes.

“Muitos parlamentares aqui são corruptos e votam com o bolso. Somos aqui a representação da sociedade que tem a sua parcela de corruptos representada”, afirmou o tucano.

Na ocasião, o deputado criticava uma série de procedimentos adotados pelo Conselho que, segundo ele, tem atrasado o processo de cassação do presidente da Casa Eduardo Cunha (PMDB-RJ.)

“Tem um grupo do Cunha que não quer que essa decisão seja tomada. Tem um grupo ligado ao PT que não quer que essa decisão seja tomada. E vemos um terceiro grupo que não gosta do espaço de mídia que o prolongamento traz aos seus representantes”, disse.

Marchezan concordou com a argumentação de Cunha que serviu de base para a destituição do primeiro relator do caso, o deputado Fausto Pinato (PRB-SP), segundo a qual ele não poderia ter assumido o papel, já que faz parte do mesmo Bloco do peemedebista. Também disse que Pinato errou ao abrir espaço ao advogado do presidente da Casa, Marcelo Nobre, para apresentação de uma defesa prévia. “Não há previsão no regimento (para isso)”

Então, Srs. Deputados, infelizmente é o retrato do Brasil. Veja essa chacota do Conselho de Ética: o Cunha deitando e rolando! Tira aquele que vai votar ou votou contra ele no Conselho e promete que ele vai ser o relator. Lá é um balcão de trocas, todos nós sabemos, com raras exceções. Promete ao deputado que votava contra: “olhe, vou lhe tirar do Conselho de Ética, vou botar um que vote comigo e você vai ser relator da comissão tal.”

Infelizmente, é o retrato do Congresso Nacional. E a população passando por agruras. A maior crise que, pelo menos na minha idade, eu já vi o Brasil atravessar: os índices de desemprego cada vez piores; o varejo este mês, em comparação com o ano passado, com mais de 8% de queda; as arrecadações caindo abruptamente, porque quando se vende, quando a indústria produz, é mais imposto, que é a receita praticamente do FPM e do FPE.

Então é o retrato do Brasil: é segurança que não existe; é saúde, que as pessoas ficam pedindo auxílio político – o que é uma estupidez, em pleno século XXI –, para arrumar uma vaga na UTI, uma vaga para ser atendido. É o retrato do País. E o pior disso tudo, deputada Fabíola: nós não vemos a luz no final do túnel. E olhe, deputado Hildécio, que eu uso um microscópio, uso uma luneta e não estou conseguindo enxergar essa luz no final do túnel.

Infelizmente, é o retrato triste do nosso País. E o pior de tudo, de todas essas agruras, é o estado de insegurança que nós vivemos, onde a vida não vale mais nada, onde a gente vê se atirar na cabeça de outro por seis reais, por vinte reais, por uma discussão, por um olhar feio, por ter pisado no pé.

Infelizmente, essa é a triste realidade do Brasil, de uma população tão boa, de um povo que não tem problemas de guerra – quer dizer, de guerra já existe - por ser xiita, por ser sunita, guerras por territórios, guerras religiosas. Mas infelizmente temos homens públicos que não pensam, com raras exceções, em nosso País. Porque se eles pensassem, tenho certeza que poderiam fazer com que esse País saísse do fundo do poço em que se encontra, para a tristeza de todos nós. Principalmente nós, que representamos a sociedade. No caso aqui, na Assembleia Legislativa, o povo da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pablo Barrozo):- Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, presentes na Galeria, imprensa, corpo técnico/administrativo desta Casa, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*.

Reiteradamente, Sr. Presidente, tenho feito algumas observações, no âmbito da Comissão de Justiça, sobre esta angústia, este clima que os deputados corretamente colocam em relação aos projetos do Poder Legislativo. Há um grande sentimento, uma grande vontade dos deputados de aprovarem seus projetos. E ao longo desses anos realmente tivemos muitas dificuldades. E a partir desse entendimento das lideranças da Maioria e da Minoria, do nobre deputado Sandro Régis e do deputado Zé Neto, e também o compromisso do presidente da Casa, Marcelo Nilo, e o esforço coletivo, começam a ser aprovados alguns projetos oriundos dos gabinetes dos deputados, das iniciativas individuais dos deputados.

Quero, portanto, relativizar até o meu ceticismo, em função da estrutura jurídica brasileira, que, na sua organização, no seu ordenamento jurídico, limita muito o poder de iniciativa dos entes subnacionais.

A grande estrutura jurídica brasileira está fixada pelo Congresso Nacional. Todos os códigos são lá fixados. Os artigos 21, 22, 23 e 24 da nossa Constituição, esse conjunto de artigos, preveem muito limitadamente atribuições para o Estado. E aí, dentro do Estado, há praticamente o monopólio do Poder Executivo e, lateralmente, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Restando para nós, deputados, uma limitação muito grande.

Mas, mesmo assim, algumas brechas são colocadas e muitos projetos foram agora recentemente aprovados. E, nesse caso, eu quero destacar o Projeto de nº 13.536, de nossa autoria, que é exatamente um tema que me foi sugerido por uma experiência pessoal, após ter tido um dano no meu automóvel. Dirigi meu automóvel para a concessionária, e lá a seguradora não permitiu que ali fosse feito o serviço. A não ser que eu renunciasse a uma série de benefícios. Inclusive, com, eu diria, uma

espécie de ameaça velada.

Então, essa lei que aprovamos vai permitir que o cidadão que tem um contrato de seguro para proteger o seu automóvel de danos, de avarias, enfim, de todos os efeitos possíveis decorrentes, que o seguro garante, a opção, a liberdade do cidadão escolher a sua oficina. Seja de pintura, seja de restauração, de toda essa parte de recuperação das avarias e até mesmo mecânica. A liberdade para que ele escolha livremente, sem nenhum tipo de coação ou de indução por parte das seguradoras.

Aliás, é uma norma também prevista pela Superintendência de Seguros Privados, que já orienta as seguradoras para não imporem, para não trocarem, de certa maneira, um direito do consumidor por um tipo de benefício indireto.

Evidentemente, reconheço que é uma lei, inclusive, que o Poder Executivo não sancionou. Ela veio para a Mesa Diretora e no dia 2 o Presidente da Assembleia, digamos assim, promulgou. Porque, de origem do Legislativo, ele tem também esse poder. Poderia até o Executivo, em uma leitura, ter vetado a Lei. Virão outros projetos de deputados nessa mesma linha: sendo aqui aprovados, não terão a sanção do Poder Executivo e serão promulgados pelo Poder Legislativo. Naturalmente, enquanto autor do projeto, eu vou mobilizar a sociedade, esclarecer, para que ela tenha uma certa eficácia. E aí fica também o debate entre nossos juristas, em que vejo o deputado Luciano Simões, deputado Pablo, que são membros advogados, esse problema das normas jurídicas sem a sanção.

E aí, como leitor das Ciências Sociais, eu tenho meu grande Guru, que é Norberto Bobbio. Dois livros clássicos dele: a Teoria das Normas Jurídicas e a Teoria do Ordenamento Jurídico. Sei que há outros tratadistas, mas o Bobbio, por ser um nome universalmente aceito no campo das ciências jurídicas sociais, esses seus 2 manuais são os meus indicadores, meus refletores. E lá, realmente, uma norma sem sanção perde muito da sua eficácia.

Mas há o Código de Defesa do Consumidor, que contém uma série de mecanismos que são válidos para o conjunto das normas.

Portanto, vou fazer um grande esforço para divulgar entre os usuários, os consumidores, essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. E o debate sobre o papel do Legislativo na iniciativa legal continua. E haveremos, durante esse ano, de debater profundamente esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs.

Deputados, Srs. funcionários e funcionárias, Srs. das galerias, imprensa.

Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de fazer 2 solicitações à Mesa. Uma delas é que todos os Projetos de Lei de iniciativa dos deputados quando sancionadas pelo Governador – coisa que nunca acontece – mas que promulgados pelo Presidente da Casa, nos seja informado se o poder que diz respeito a essa lei regulamentou, se pôs em prática o que é que de fato acontece depois dessas formalidades por que têm que passar essas leis já aprovadas aqui na casa.

A segunda solicitação é que as nossas instalações nesta Casa Legislativa sejam inspecionadas semanalmente ou quinzenalmente pela empresa que faz a limpeza da Casa. Que fique atenta às águas paradas para que se evite a proliferação do mosquito *aedes aegypti*, e ainda acatando a sugestão da nossa Presidente da República que se tenha um cuidado maior com as mosquitas que parecem mais perigosas ainda.

Eu queria, Sr. Presidente, me reportar aqui lembrando aos nossos colegas que a Lei 13.204, de 11/12/2014, modificou a estrutura organizacional da administração pública do Poder Executivo Estadual, e naquela oportunidade dentre outros órgãos do Poder Executivo Estadual foi extinto o nosso, vamos chamar assim: saudoso Derba. O Departamento de Estradas e Rodagens do Estado da Bahia, um órgão que tem o seu nome ligado a história do desenvolvimento nesse estado, sobretudo naquilo que diz respeito à malha rodoviária do nosso estado. Aquele órgão que construiu, fez manutenção durante a sua existência de aproximadamente 20.000 km de estradas estaduais. O fato é que o governo com uma canetada só extinguiu esse órgão, mas pior do que isso ainda, fora o tratamento que o governo deu aos funcionários do antigo Derba. Muitos deles foram induzidos, em busca das suas aposentadorias muitas delas com desvantagens, outros funcionários foram obrigados, pressionados a procurar qualquer órgão para que fossem absorvidos, sem nem querer saber que aquele funcionário tinha capacitação para essa nova função, o que configurou, na verdade, em um verdadeiro desvio de função.

Muitos deles, Sr. Presidente, foram acometidos por doenças psicossomáticas: de ansiedade, depressão, dentre outras doenças. Por isso, nós fomos solicitados pela Associação Sindical dos Servidores do Derba para que esta Casa possa discutir essa situação, que vivem os funcionários do antigo Derba e por isso nos foi solicitado a instalação de uma sessão especial, que ocorrerá no próximo dia 25 de fevereiro, às 15:00 h.

Eu queria chamar a atenção dos nobres colegas deputados sobretudo aqueles que têm uma relação mais próxima com o antigo Derba a exemplo da Deputada Maria del Carmen, o deputado Pedro Tavares, o deputado Herzem Gusmão, para que nesse dia, dentro do possível, estejam aqui presentes para que possamos abrir um amplo debate sobre a situação crítica pela qual estão passando os antigos funcionários do antigo Departamento de Estrada e Rodagens do Estado da Bahia que fora extinto por um ato do governo Jaques Wagner.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, colegas da imprensa, vocês que prestigiam esta Casa nas galerias e pela *TV Assembleia*, gostaria de lembrar ao colega Hildécio Meireles que já agendamos a nossa participação nessa sessão interessantíssima, onde debateremos a situação dos funcionários do Derba. Derba, uma autarquia histórica de 97 anos que o governo do Estado desativou. E nós estamos vendo a situação precária das nossas estradas.

Ontem, dizia que atearam fogo em um ônibus da Empresa Salutares que faz a linha de Itapetinga via Ponto do Astério, passando por Nova Canaã, Poções e chegando a Salvador. Ele foi incendiado exatamente nos 42 km do trecho que compreende Poções a Nova Canaã, a estrada acabou literalmente e não temos mais o Derba para acompanhar.

Gostaria de fazer um registro. Atendendo a um convite de um pai de uma aluna, visitei hoje as instalações da Resita, que é a residência dos estudantes de Itapetinga. No momento em que cheguei tinha uma mãe e alunos preocupados, porque a defesa civil ameaçou, no ano passado, interditar a Casa do Estudante de Itapetinga – que está em condições precárias, com a estrutura abalada, com várias rachaduras, goteiras nos 4 cantos da casa, precisando de uma reforma total: na parte elétrica e hidráulica, na estrutura, no telhado, móveis, geladeira, fogão, pelo menos 2 ou 3 computadores, tem um equipamento muito antigo.

A casa pertence à prefeitura de Itapetinga. Foi uma iniciativa brilhante do saudoso prefeito Espinheira, uma casa com mais de 30 anos e que merece a atenção do prefeito de Itapetinga, a quem faço um apelo neste momento.

Tenho tido uma preocupação com o Parlamento. O nosso Parlamento municipal, a nossa Câmara de Vereadores vem dando um grande exemplo. Eu diria que a prefeitura de Vitória da Conquista perdeu o comando que tinha sobre a Casa. O prefeito atual comandava as ações da Casa, até que foi derrotado – quando apresentou uma candidata de um partido diferente do dele, que é do PT. A candidata era do PTB, a empresária Irma Lemos, que perdeu as eleições, assumindo Gilzete Moreira do Partido Socialista Brasileiro. E a Câmara vem trabalhando com muita independência.

Nesta sexta-feira, será votado um projeto de lei de iniciativa da prefeitura, no sentido de tentar burlar a Constituição Federal. O prefeito não considera os advogados concursados da Procuradoria do Município, não os convoca, desvirtuando as funções de cada advogado, e já tem uma ação de inconstitucionalidade da OAB.

Como se não bastasse, o Ministério Público também entrou com uma ação.

Como se não bastassem a OAB e o Ministério Público, um promotor de Justiça entrou também com uma ação civil pública. Além disso, o Dr. Gutemberg Macedo, ex-presidente da Ordem, entrou com outra ação para mostrar à prefeitura a inconstitucionalidade das suas ações.

E o que fez o prefeito? Chamou os vereadores para uma conversa, no sentido de tentar aprovar esse projeto de lei na sexta-feira. Pelo que sentimos, inclusive com o parecer contrário de um vereador que é advogado e que pertence ao Partido Comunista Brasileiro, um partido aliado da prefeitura, o vereador Anderson, deu, inclusive, um parecer contrário à aprovação desse projeto de lei.

Nós esperamos, Sr. Presidente, que o prefeito de Vitória da Conquista recue e que prevaleça o bom senso na prefeitura e que a Câmara venha rechaçar esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado, Líder Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, mais um grande empreendimento em nosso Estado acaba de fechar. Na região de Ipiaú e Itagibá existia a Mineradora Mirabela que gerava em torno de seiscentos a mil empregos diretos, fora os terceirizados. Um grande investimento que a crise acaba de fechar. A mineradora não aguentou a situação de instabilidade econômica, caro deputado Alex Lima, pela qual o nosso País atravessa, como aconteceu também aqui na Bahia, caro presidente Adolfo Menezes, com o Estaleiro Paraguaçu e diversas outras indústrias que estão fechando as portas e levando o desemprego em massa para a capital e interior.

Uma coisa há de se pontuar: fala-se na crise, que a crise está assolando o País, que a crise está assolando os Estados, que a crise assola os municípios gerando desemprego em massa, aumentando a insegurança, a violência, gerando, deputado Prisco, um caos. Mas essa crise tem pai e mãe. O pai dessa crise é Luiz Inácio Lula da Silva e a mãe dessa crise é Dilma Rousseff.

O Brasil está sendo governado por esse senhor e por essa senhora há 13 anos: 8 anos do ex-presidente Lula e agora 5 anos, deputado Herzem, da atual presidente Dilma Rousseff, que, muitas vezes, abriram mão da segurança e da estabilidade financeira do nosso País para manter projetos políticos eleitoreiros, à manutenção do poder pelo poder.

Vemos agora o País sangrar. Vemos agora Estados pobres como a Bahia entrarem numa situação difícilíssima economicamente, os investimentos sumindo. Essa Mirabela, uma empresa importante na nossa região, situada em Itagibá e Ipiaú, representava praticamente mil empregos, o fortalecimento do comércio, a expectativa

do filho do cidadão de estabelecer-se na sua cidade. Agora, não. Agora o que vemos são todos fechando as portas.

Ontem saiu um dado alarmante, deputado Adolfo Menezes: de 2015 para cá – isso é sério! –, cem mil estabelecimentos fecharam neste País. Cem mil, deputado Herzem! Quantos empregos diretos e indiretos representa uma situação desse porte?! Isso o povo brasileiro deve ao PT! O PT é o grande responsável pela crise que vem assolando o Brasil e a Bahia; pela crise que assola os municípios; pela crise que assola a vida dos brasileiros!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente.

Não se pode falar que essa crise foi herança do passado. Nós já temos 13 anos de PT dirigindo a economia nacional, dirigindo os destinos das políticas públicas do nosso País. E o Brasil, agora, e os baianos, cada pai, cada mãe, cada cidadão, hoje, vê o seu poder econômico diminuir. Muitas vezes o pai de família faz a opção de pagar o aluguel, pagar a escola do seu filho em vez de fazer a feira de sua casa. Isso porque o PT destruiu o Brasil. Essa é a realidade.

Essa crise tem digital; essa crise tem nome e sobrenome; essa crise tem um pai, que se chama Lula, uma mãe, que se chama Dilma, e um sobrenome, que se chama Partido dos Trabalhadores.

Meu muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Estou indo para o PPS. Na semana que vem assinarei a ficha de filiação.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por estar presente, mais uma vez, ao retorno dos trabalhos desta Casa, a V.Ex^a e aos demais aqui presentes.

Quero parabenizar, em primeiro lugar, os valorosos guerreiros da Polícia Militar do Estado da Bahia, que fazem essa corporação ser o que é hoje. Infelizmente, não temos o reconhecimento do governo do Estado para com essa corporação tão importante para a nossa sociedade. Haja vista o que aconteceu no último Carnaval, quando a Polícia Militar foi elogiada por todo mundo que esteve presente à maior festa do Universo.

Os policiais se sacrificaram pela manhã, tarde, noite e madrugada mesmo com diárias absurdas, mesmo com as péssimas condições de trabalho oferecidas pelo Estado, mesmo com o lanche podre oferecido pelo governo do Estado. Sem qualquer

condição, a Polícia Militar, tanto na capital como no interior, em todos os locais em que esteve presente, fez a defesa do cidadão de forma muito valorosa.

Então, quero parabenizar esses homens e mulheres que fazem essa corporação que, infelizmente, ainda vive sob o regime de escravidão por causa de um regulamento arcaico e ultrapassado. Com fé em Deus, um dia vamos conseguir derrubar isso aí e teremos a tão sonhada desmilitarização e unificação das polícias, para que saíamos do jugo da escravidão, do jugo do AI - 5 da ditadura militar que impera dos muros dos quartéis para dentro.

Ontem, fizemos uma denúncia na imprensa sobre um problema que houve no curso de formação de soldados no CFAP, no Alto de Ondina. Pasmem, meu amigo Herzem Gusmão e nosso Líder, Sandro Régis, os policiais foram forçados a ficar sem camisa, só de calça, e correrem descalços, sob o sol escaldante do meio-dia. Vários tiveram as solas dos pés queimadas e insolação. Fizemos essa denúncia e colocamos no *site*.

Após a denúncia, pensei que o comando da Polícia Militar iria tomar providências em relação a apuração. E para minha surpresa a PM sai com uma nota, à noite, no mesmo *site*, dizendo que isso é uma prática normal, que isso é apenas um curso de aperfeiçoamento, que os alunos têm que estar preparados para aquilo. Que homens são esses que esse Estado quer formar?

Já imaginaram se esses mesmos policiais pegam cidadãos, dito marginais, nas ruas e mandam eles tirarem a roupa e caminhar ao sol do meio-dia? De que forma esses policiais vão ser enquadrados pela imprensa e pela mídia? De que forma serão tratados, pois estariam praticando atos de tortura, sangrando os pés das pessoas em pleno sol?

Fiz a denúncia ontem, de pais e mães de família que estavam lá, ao sol, em pleno meio-dia, e a PM sai com uma nota dessas, mais absurda ainda, dizendo que aquilo ali é uma prática corriqueira, acontece normalmente, e que o curso tem que ser daquele jeito.

É um absurdo aceitar-se isto em pleno século XXI, em plena democracia, neste País: um curso de formação, em vez de formar cidadãos para cuidar de cidadãos, agir daquela forma como a PM colocou ali. Está no *site* de hoje a nota oficial da corporação.

Já cobramos e vamos cobrar de novo da Comissão de Direitos Humanos desta Casa para que visite e fiscalize os cursos de formação da Polícia Militar do Estado da Bahia, para ver de que forma os policiais militares são formados.

Às vezes, o cidadão vê um policial militar agir na rua de forma truculenta ou nervosa e não sabe a causa daquilo, só observa a consequência. E a causa, infelizmente, é o tratamento desumano que vem sendo dado aos nossos policiais. Além disso, a própria corporação, que representa o governo do Estado, aceita essa arbitrariedade absurda, ao nosso modo de ver, a forma como aqueles policiais são

tratados, e dizer que isso é normal e que o curso tem que ser daquele jeito.

Então, que governo é esse que prega democracia, que prega os direitos humanos, e trata daquele jeito o policial que vai cuidar do cidadão lá fora? Que farsa é essa, que hipocrisia é essa? E que demagogia é essa, em que não se olha para dentro dos quartéis, para o que está ocorrendo com os cidadãos que vão cuidar da proteção à nossa sociedade?

Vou cobrar mais uma vez desta Casa, do presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Marcelino Galo, para que fiscalize os cursos de formação da Polícia Militar, porque lá, infelizmente, o regime escravocrata ainda está imperando. O medo ainda está imperando, numa verdadeira ditadura dentro dos quartéis da Polícia Militar, tratando dos nossos policiais daquela forma.

Então, infelizmente, hoje nada a comemorar diante desses fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para fazer coro a uma matéria lida hoje nos jornais, sobre a iniciativa dos forrozeiros da Bahia no sentido de incluir os festejos juninos no calendário brasileiro de turismo.

Acho que é uma iniciativa feliz, porque o Nordeste brasileiro vive as festas juninas como uma atividade que pode, efetivamente, incrementar o turismo, principalmente, no interior dos Estados e, especialmente, no Estado da Bahia.

Hoje, nós, que moramos no interior, conhecemos a força das festas juninas, conhecemos a força e o potencial turístico dessas festas. Mas podemos observar que essa circulação, essa movimentação de pessoas que fazem essas festas, se restringe ao Nordeste, e mais ainda, ao Estado, ou seja, é uma movimentação dentro do próprio Estado.

Há uma dificuldade para a movimentação de turistas de outros Estados para o Nordeste em decorrência de vários fatores. Como não há tradição nos outros Estados dessa festa que é essencialmente nordestina e sertaneja, o Distrito Federal e estados como Minas Gerais e São Paulo, que têm um grande número de nordestinos, nem o calendário escolar prevê, como aqui na Bahia e no Nordeste, um intervalo para essas festas. Havendo, acredito eu que, a colocação dessas festas no calendário nacional de turismo iria se adequar ao calendário do Nordeste, e, esse incremento turístico, nesse período para o Nordeste, para o interior da Bahia, nas festas juninas, seria de grande importância econômica para o nosso povo que ama esses festejos.

Portanto, eu entendo que os governantes dos estados nordestinos e nós, que

somos dos Parlamentos dos estados do Nordeste, devemos fazer coro com esses forrozeiros, aplaudindo-os por essa brilhante ideia, e que seja uma luta de todo o Nordeste. Espero que isso seja efetivamente uma pauta de todos nós, porque é importante para a economia de nossa região.

Quero registrar os meus parabéns a todos esses forrozeiros e dizer que estou ombreado com eles nessa luta que encaro e entendo ser de suma importância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para encerrar, com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, visitantes nas Galerias, imprensa, inicialmente, quero saudar a nossa Polícia Militar pelo seu dia e, em seguida, parabenizar pela aula inaugural da rede pública estadual e a campanha “Eu Amo A Escola Pública”. Amar a escola pública significa defender incessantemente o ensino de qualidade e a valorização do profissional da educação.

Nesse sentido, deputado Herzem, para a área educacional, apresentamos um projeto e estamos muito felizes por ter sido promulgado por esta Casa, agora é a Lei nº13.546, que institui a obrigatoriedade de um exame médico oftalmológico ser apresentado na escola para os meninos matriculados em creches ou escolas de Ensino Fundamental, a fim de garantir com isso a redução das taxas de evasão escolar e repetição do ano letivo, já que algumas crianças revelam dificuldades de visão, e que esses problemas possam ser detectados e a realização dos exames venha a ser estimulada.

Essa lei prevê as campanhas educativas feitas em nível estadual e municipal, a fim de conscientizar as famílias e os profissionais da educação da importância de um exame médico oftalmológico completo para as crianças e adolescentes.

Dito isso, quero dizer que fiquei muito feliz não só com essa lei mas também com a lei que institui o Dia Estadual das Doenças Raras, importante para debatermos tantas doenças metabólicas, genéticas, que carecem de maior atenção do Estado, e esse dia serve para isso.

Quero aproveitar este dia de hoje para lamentar que, sendo o Rio de Janeiro um estado tão progressista, tenha visto veicular na mídia, ao longo desses 10 dias, a notícia de um comportamento do ponto de vista individual da produtora cultural Flora Gil, que disse que votaria num candidato a prefeito do Rio que já cometeu comprovadamente violência contra sua própria mulher. No mínimo, isso merece o nosso lamento. É uma posição pessoal, mas a gente deve lembrar que, como figuras públicas, devemos ter compromisso e responsabilidade social.

Mas o que me chamou a atenção foi realmente o preconceito oficializado do

secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Pastor Ezequiel, que fechou 4 centros de atendimento a cidadão do LGBT, e o teleatendimento em função da alegada crise no Estado. Nós entendemos que a crise é nacional, e várias restrições têm sido feitas, mas essas restrições, deputado Herzem, nós temos que colocar as prioridades, porque não é possível que se fechem todos, não é possível que a gente coloque que é possível a cura gay, assim como é possível a cura do câncer, a cura da Aids num indivíduo que é secretário de Direitos Humanos, deputado Hildécio.

Isso, realmente, é de se lamentar, de se repudiar, porque deveríamos é dizer que há cura para a estupidez, porque isso é um ato, no mínimo... por uma pessoa da pasta que deveria ser a bandeira, no mínimo estúpido.

Mas, graças a Deus, deputado Herzem, o governador peção já se manifestou dizendo ser totalmente contrário às posições do atual secretário, que, inclusive, poderá não ser mantido na pasta, e isso é muito importante. Porque nós que defendemos bandeiras de cidadania, bandeira de direitos humanos, como é a bandeira de defesa dos direitos LGBT, não podemos colocar pautas pessoais à frente de pautas coletivas.

E assim a gente reafirma nosso compromisso com essas bandeiras e pede que, realmente, o governo do Rio de Janeiro tome providências para ter à pasta uma pessoa que, realmente, defenda direitos humanos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Fabíola, é o secretário do Rio de Janeiro?

(A deputada Fabíola Mansur fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- É fim de mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Professor Zé Raimundo.

O Sr. Carlos Geilson:- Gostaria de falar, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a verificasse o quórum, após a fala do deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Fabíola Mansur, quem nos assiste nas galerias, *Canal TV Assembleia*, colegas da imprensa, meu querido Zé Raimundo com essa vistosa gravata verde, essa esperança

que não pode ficar longe do povo de Vitória da Conquista, de dias melhores, de um governo mais participativo no futuro, de uma linha democrática, a linha pensante do deputado Herzem Gusmão.

Mas, Srs. Deputados, (Lê): “até por questões de segurança, não posso dar maiores detalhes do que vou falar agora.” mas os dados são importantes e devem ser divulgados. “(...)as nossas rodovias federais estão muito carentes de segurança, porque o Brasil todo está muito carente de policiais rodoviários federais. Além de nós, motoristas, os próprios policiais também convivem com a insegurança, pois, com o efetivo reduzido a bandidagem se sente mais à vontade para poder agir.

Assim, os próprios policiais pedem que a gente não diga exatamente onde há mais carência de pessoal, porque isso seria chamar a atenção dos bandidos para a fragilidade da PRF.”

A gente não pode dizer onde há maior carência, porque isso chama a atenção da bandidagem.

(Lê): “O último concurso para a Polícia Rodoviária Federal foi realizado em 2013, para mil vagas, e todas elas já foram preenchidas. Estima-se que hoje a PRF necessita de, no mínimo, 1.500 policiais, para amenizar esse problema vivido em todo o Brasil e, claro, na Bahia também.

Há uma previsão também de que nos próximos 2 anos, a PRF tenha uma redução de 4 mil policiais, em razão de aposentadorias, afastamentos por uma série de fatores, etc.”

Prestem atenção: (Lê): “Há uma previsão também de que nos próximos 2 anos, a PRF tenha uma redução de 4 mil policiais, em razão de aposentadorias, afastamentos por uma série de fatores, etc.”

Então, mesmo sem estas aposentadorias seriam necessários, hoje, o acréscimo de 1.500 policiais para atender, de forma razoável as nossas rodovias.

(Lê): “A violência nas estradas tem sido cada mais crescente, não só nas questões de trânsito, mas também com os assaltos. A Polícia Rodoviária Federal é uma instituição que presta grandes serviços a este País e não pode continuar sendo tratada dessa forma pelo Governo Federal. Ao contrário, deveria ser muito bem montada, bem estruturada, porque há milhares de quilômetros de estradas federais que precisam de fiscalização, precisam de policiamento.”

E, quem costuma trafegar, rodar, viajar por esse Brasil afora já deve ter notado esta carência. Às vezes você faz uma viagem longa e não é parado em nenhum momento, e às vezes não encontra uma única viatura da Polícia Rodoviária Federal. Isso facilita o crime organizado, facilita o deslocamento de mercadorias roubadas, facilita o tráfico de drogas, e não percebemos, por essa situação, por esse desaparecimento, pela forma como o governo federal tem tratado a nossa gloriosa PRF.

Então, fica aqui a nossa preocupação, fica o nosso alerta, notadamente para os próximos 2 anos, quando 4 mil policiais vão deixar a Polícia Rodoviária Federal com aposentadorias e outras questões. E, hoje, na situação atual, seriam necessários mais 1.500 policiais para atender de forma razoável a demanda nas estradas federais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Zó.

O Sr. Zó:- Eu só quero fazer o registro das boas novas lá do Rio São Francisco, sobre a afluência do Sobradinho, que continua subindo. Mas também registrar que, dentro dessas boas novas, a nova novela da Globo vai tratar sobre o Rio São Francisco; com a voz de Xangai, contrerrâneo de Zé Raimundo, de Herzem e do meu companheiro Fabrício, fazendo a abertura. Então, talvez essa novela possa trazer uma discussão importante sobre a revitalização do Rio São Francisco.

Portanto, quero deixar registrada, mais uma vez, a felicidade das águas chegando no Rio São Francisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

Atendendo a questão de ordem do deputado Zé Raimundo. Não havendo número suficiente pois, neste momento, apenas os deputados Herzem, Zé Raimundo, Zó, Carlos Geilson, Fabíola e Sandro se encontram no Plenário, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.